

Opinião

Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Farias, Otávio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Farias, Marcello Henrique Monteiro de Moraes e Roberto Irineu Marinho

Queda do petróleo traz mais um problema para a Venezuela

A queda dos preços do petróleo veio em má hora para a Venezuela, que rumava para a desorganização total de sua economia. Integmente dependente das receitas do petróleo, que compõem 95% de suas exportações e praticamente 90% dos recursos do Estado, o país tem mantido reservas baixas e decrescentes, estimulando agora as especulações dos mercados sobre um possível default. Os rendimentos dos títulos soberanos venezuelanos deram um salto para mais de 1.300 pontos básicos acima dos papéis do Tesouro americano, enquanto que disparou o custo da proteção contra um colapso. O governo de Nicolás Maduro diz que pagará cada centavo do que leve. O default não é uma saída para a Venezuela, nem é inevitável. Evitá-lo, porém, exigiria uma correção de rumos na economia que contraria toda a retórica e a prática chavistas dos últimos 14 anos. Com nacionalizações, intervenções diretas e diversificadas no setor privado, câmbio muito sobrevalorizado e descontrole fiscal, o chavismo de continuidade de Maduro assiste ao lento desencadear de uma grave crise. A economia é tão mal administrada, afirmam os economistas Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, que o PIB per capita real do país é hoje 2% mais baixo do que era em 1970 (Valor, 16 de outubro). E isso ainda pode piorar, apesar da enorme agenda social do governo.

Chávez antes e Maduro, agora, contiveram as importações para evitar sangria de reservas internacionais de US\$ 20 bilhões. Com uma base produtiva pouco diversificada e em estágio avançado de estagnação, o país depende muito da importação, até mesmo de bens básicos. O resultado do tornequete nos importados foi a falta generalizada de bens essenciais no varejo, como farinha de milho, leite e papel higiênico.

Os governos chavistas conseguiram nessa área uma proeza: diminuir em 36% as importações desde 2012, apenas com medidas administrativas. Mas, ao não fornecer dólares em quantidade suficiente para compras externas, o país vai empilhando contas em atraso, como, por exemplo, US\$ 4 bilhões com empresas aéreas internacionais e alguns bilhões com fornecedores externos de bens e serviços.

Um dos efeitos dessa política foi a disparada da inflação que atingiu 63,4% nos doze meses encerrados em agosto. Outro foi a escassez de mercadorias e um terceiro, a desorganização da oferta diante da imprevisibilidade da obtenção de divisas fortes para pagamentos. O bizantino sistema cambial coroa o sistema. Há pelo menos três tipos de câmbio. Por 6,3 bolívares por dólar são pagas importações definidas pelo governo como essenciais. Pelo Sicacl II o governo oferta dólares às empresas, a uma cotação já perto dos 50 bolívares. O câmbio paralelo, por seu lado, vale quase o dobro disso.

Com isso, o governo não se apropria das vantagens integrais de uma desvalorização cambial, que na prática já ocorreu com a cotação do Sicacl, mas sofre as desvantagens: corrupção e repasse de preços. Um estudo do Bank of America apontou que uma problemática desvalorização do bolívar poderia aumentar bastante as receitas do Estado e eliminar de seu déficit público de 17% do PIB algo como 10% do PIB. O Fundo Monetário coloca o déficit do país bem abaixo, mas de qualquer forma em faixa insustentável, de 10,7% este ano e 11,8% em 2015.

A queda das cotações do petróleo não ameaça a viabilidade da exploração das maiores reservas de energia do mundo situadas no país. Analistas estimam que o petróleo venezuelano, cuja produção declinou para a casa dos 2,7 milhões de barris por dia, ainda é lucrativo mesmo com os preços deslizando para US\$ 60 o barril. O problema é que o óleo tem de sustentar não só a PDVSA, mas todos os gastos do Estado e de seus programas sociais. Nesse caso, a situação hoje começaria a se tornar desconfortável para o governo Maduro. Reduzir os subsídios à gasolina mais barata do mundo poderia cortar gastos em 7% do PIB, segundo cálculo do BofA, mas o governo Maduro, que acenou com um "sacudido" na economia, recuou e nada fez. À medida que o tempo passa, as correções necessárias se tornam mais custosas. Maduro, a cada dificuldade, opta por dobrar a aposta em um modelo falido. A implantação de sistema eletrônico de coleta de digitais nos supermercados, para impedir grandes compras de um único item, dá uma ideia de até onde vai a capacidade dos governantes bolivarianos de buscar pseudo-soluções exóticas e autoritárias para problemas reais.



As empresas não estão inseridas adequadamente nas cadeias globais de produção. Por **Rodrigo Zeidan**

Brasil é o país mais fechado do mundo para o comércio

O Brasil é o país mais fechado do mundo para o comércio internacional. Isso é um fato, não é uma opinião. Os dados do Banco Mundial mostram que, se tomarmos a média dos últimos cinco anos, o índice de corrente de comércio do Brasil é o mais baixo entre 178 países. O índice é a relação entre a soma das importações e exportações e o PIB de cada país. Ou seja, mede a importância do comércio internacional em relação à capacidade de geração de renda de um país.

Índice de corrente de comércio

Exportações + importações sobre PIB

Ranking	Países	ICC - Média 2009-2013
1	Brasil	25%
4	Argentina	31%
9	Colômbia	37%
10	Cuba	37%
16	Venezuela	46%
22	Rússia	50%
25	Índia	51%
28	China	52%
40	África do Sul	60%
57	Chile	69%
105	Alemanha	92%
177	Singapura	36,7%
178	Hong Kong	43,3%

Fonte: Banco Mundial, 2014

traves a uma inserção comercial do Brasil em nível mundial.

Mesmo após mais de 20 anos do início do processo de abertura comercial, o Brasil mantém uma das maiores tarifas médias do mundo. De acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC), nenhum país da América do Sul, à exceção de Venezuela e Suriname, apresenta tarifa média menor que a brasileira. Se somarmos as barreiras não tarifárias, custos logísticos, baixa produtividade do trabalho e câmbio valorizado, o Brasil apresenta uma conjuntura de fatores que o torna um dos países menos competitivos do mundo. Há no país uma tendência de focalizar o comércio no isolamento, fruto do protecionismo — basta verificar que, no início do século XXI, o índice era basicamente o mesmo, 24,2%.

São 178 países na amostra e o Brasil não está à frente de ninguém. O resultado do protecionismo é percebido todos os dias, dos altos preços relativos de produtos importados sem similares nacionais aos elevados custos de produção das empresas que utilizam insumos importados. As empresas brasileiras não estão inseridas adequadamente nas cadeias globais de produção. Recentemente, em um encontro com empresários, um fabricante de elevadores revelou que precisa produzir até os botões no Brasil. Até tentou importá-los, porém o preço final foi quinquiploco entre a compra na China (R\$ 3 por botão) e a chegada à empresa no sul do país (R\$ 15 por botão). Em vez de proteção, criou-se no Brasil uma cultura que desincentiva a busca por especialização e eficiência, resultando em uma baixa produtividade e em custos de produção muito mais altos do que os de países que não são protegidos.

O argumento a favor do protecionismo comercial brasileiro não se justifica à indústria, algo que só se justifica pela existência dos outros fatores que limitam a capacidade de competição industrial. Ou seja, a necessidade de proteção à indústria acaba gerando uma menor competição da indústria, gerando um ciclo vicioso que resulta em políticas

distorcionistas incapazes de resolver as causas dos problemas de competitividade e ataca, isso sim, as vantagens competitivas.

A melhor solução é adotar uma receita cujos ingredientes vêm na seguinte ordem: reforma do mercado de trabalho, investimentos em infraestrutura e abertura comercial (tarifária e não-tarifária). A mudança na ordem dessas ações pode causar alguns problemas, mas ainda assim é melhor do que o foco na questão cambial, adotado hoje. O que é interessante, por outro lado, é que o Brasil promove uma abertura do mercado de capitais, o que nos trouxe recursos de investimento estrangeiro e um sistema financeiro razoavelmente integrado ao mundo. No entanto, políticas como o IOF para gastos com cartão de crédito no exterior são um retrocesso a essa abertura financeira e evidenciam a escolha errada das prioridades para atacar os problemas econômicos brasileiros.

É claro que, por ser um país grande, o índice de corrente de comércio tende a ser menor do que em pequenos países, mas o Brasil tem longa tradição de protecionismo. Cingapura e Hong Kong são entropistas comerciais, relativamente pequenos, e têm índices acima dos 300%. Ainda assim, em comparação aos outros BRs, o Brasil fica muito atrás de países também tradicionalmente fechados, como a Índia (51%). Em um cenário de eleição presidencial é interessante perguntar: até quando pretendemos ser o país mais fechado do mundo ao comércio, com políticas comerciais e financeiras que não fazem sentido para melhorar a competitividade brasileira?

Rodrigo Zeidan é professor de economia e finanças da Fundação Dom Cabral e da Nottingham University Business School China.

Diretora de Redação Vera Brandimarte verabrandimarte@valor.com.br	Angela Bittencourt angela.bittencourt@valor.com.br	Cynthia Matti cynthia.matti@valor.com.br	Valéria Amorim valeria.amorim@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Cláudia Falcão claudia.falcao@valor.com.br	Editor de Indústria e Infraestrutura João Roberto Marinho joao.marinho@valor.com.br	Editor de Valor Online Paula Costa paula.costa@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Turismo Vivian Adachi vivian.adachi@valor.com.br	Coordenador Valor Data Wagner Vilela wagner.vilela@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de S.A. Nelson Nery nelson.nery@valor.com.br	Editor de Esportes Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Investimentos Alexandre Ribeiro alexandre.ribeiro@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Carreiras Silvia Campes silvia.campes@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Cultura Robson Braga robson.braga@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Legislação e Tributos Zaira Góes zaira.goes@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Editor de Arte/Fotografia Tatiana Bello tatiana.bello@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br
Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Graciela Vainetti graciela.vainetti@valor.com.br	Assistente de Redação Cristina Albuquerque cristina.albuquerque@valor.com.br	Editor de Opinião Cláudio Brandimarte claudio.brandimarte@valor.com.br

Filial no IFC (Instituto Verificador de Contábeis) e a ANI (Associação Nacional de Investidores) Valor Econômico S.A. Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 11, 2º, 3º e 4º andares - Goedendries Avenue Branch - São Paulo - SP - CEP 05000-000 - Telefone: 011 3132-1000
Departamento de Publicidade Empresarial e On-line SP - Telefone 011 3132-1012 DF - 011 3521-1414 DF - 011 3172-3333
Legal SP 011 3172-1321
Redação 011 3132-1000 Fax 011 3132-1340
Serviço de Atendimento ao Cliente SAC - Telefone 011 3132-1000
Sindicato do Rio de Janeiro Rua Inácio Martins, 70 - 6º andar - CEP 20030-023
Publicidade: Valor Econômico
AVULSOS/PV - Regula Norte
Contas Correntes e Representação
011 3132-2670
Central de São Paulo - Liberdade
011 3132-1340
Múltiplas Representações
Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligar:
011 3132-2299 (Grande São Paulo) ou 0800 703888 (demais localidades) de segunda a sexta das 08h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br Para assinaturas corporativas e mail corporate@valor.com.br.
Envie o anúncio que quiser a qualquer dia da semana para ser publicado em contrato de assinatura com 40 horas de antecedência.
Preços de assinaturas (para todo o território nacional): 18 meses: R\$ 1.260,00; 12 meses: R\$ 1.060,00; 6 meses: R\$ 630,00. Carga tributária aproximada de 30,5%.